

Banestes: Justiça vai decidir sobre reintegração

Ivan Valente
critica pacote
de Lula e
cobra redução
do superávit

[Página 6](#)

Proposta de PCS
feita pela Caixa
não agrada
empregados

[Página 4](#)

Atividades do
Fórum Social
Mundial acontecem
em diversos países

[Página 8](#)

Em audiência na Justiça do Trabalho ocorrida no dia 21 de janeiro, o Sindicato reiterou o pedido de reintegração de sete bancários que foram demitidos pela direção do Banestes em 2007. A juíza Fátima Gomes Ferreira, da 5ª Vara do Trabalho de Vitória, informou que a resposta à solicitação será dada junto com a sentença.

O advogado do Banestes tentou descaracterizar a prática anti-sindical do banco, mas o Sindicato impugnou os argumentos da defesa do banco, mostrando que as demissões são decorrentes do movimento reivindicatório da Campanha Salarial 2007.

[Página 3](#)



Sérgio Cardoso

Risco sobre a cabeça: clientes e bancários do BB sofrem com obras nas agências

[Página 5](#)



Aos leitores

Pacote beneficia interesses do capital

No início de janeiro o governo anunciou um "pacote" de medidas para compensar a diminuição da arrecadação provocada pelo fim da CPMF. Mais uma vez, os interesses dos grandes capitalistas foram preservados. Os principais prejudicados serão os trabalhadores, que direta ou indiretamente terão que arcar com o arrocho imposto pela política econômica do presidente Lula.

O aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) atingirá diretamente os consumidores que fazem financiamentos, seguros ou operações de câmbio. A elevação da alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de 9% para 15% poderia ter um caráter positivo, por incidir sobre os lucros dos bancos. No entanto, até 1997 as instituições financeiras pagavam uma alíquota de 30%, que posteriormente foi reduzida para os atuais 9%. Isso quer dizer que a alíquota de 15% ainda está bem abaixo daquela que vigorava há uma década e bem longe dos lucros dos bancos.

As medidas demonstram também que o governo Lula optou por cortar gastos sociais e manter intocável o superávit primário e o pagamento da dívida pública. O pacote prevê a suspensão dos reajustes para os servidores negociados em 2007 e o cancelamento dos concursos públicos que seriam realizados este ano. Essas medidas agravam o déficit de pessoal no funcionalismo público e comprometem ainda mais a qualidade dos serviços prestados à população.

Por outro lado, está previsto para 2008 um superávit primário de R\$ 104,3 bilhões (incluindo os estados e municípios), valor que equivale a mais do que o dobro da arrecadação prevista com a CPMF. Os gastos com a dívida federal este ano chegarão aos R\$ 248 bilhões, ou seja, mais de seis CPMFs.

Outra alternativa para aumentar a arrecadação sem onerar os trabalhadores seria o fim dos privilégios tributários concedidos ao grande capital, como, por exemplo, a "dedução de juros sobre o capital próprio".

Artigo

Instabilidade econômica nos Estados Unidos

A crise que se avoluma aparece como um problema isolado. Entretanto, o mundo capitalista sofre as consequências do acirramento da crise econômica provocada pelo descontrole sobre os arriscados movimentos do capital especulativo parasitário. A cada dia são desmascaradas as manipulações na contabilidade de grandes empresas, que apresentam falsos resultados operacionais, bem como são descobertas transações de alto risco, como tem sido o caso das hipotecas imobiliárias, que vão minando a credibilidade das operações especulativas em todo o mundo. A instabilidade econômica é constante e contamina todo o sistema internacional, gerando grandes tensões quanto ao futuro.

Neste ambiente o novo negócio é o risco e com isso muitas empresas procuram lucro fácil apostando em atividades de alto retorno imediato. Quando ocorre algum problema numa ponta do sistema fechado em rede, como tem sido o descrédito difundido pelos fundos e bancos que operam com títulos imobiliários podres, logo o medo de grandes perdas se instaura. Se o castelo de cartas se vê abalado, ocorre uma corrida por ativos reais, mais concretos: como o ouro e moedas fortes.

O problema é que agora o volume de títulos que abastece a valorização fictícia do capital alcançou patamares muito elevados. Somente em derivativos estima-se um volume de mais que US\$ 300 trilhões, quantia que não encontra lastro para se materializar, gerando uma oferta de títulos muito maior que sua demanda. E os grandes especuladores sabem que parte dessa riqueza fictícia será destruída, mais cedo ou mais tarde, daí a corrida para quem chega primeiro. E essa não é uma disputa olímpica, trata-se de uma disputa de titãs e pode sobrar mais uma vez para "nossos".

Helder Gomes é economista

CORREIO

BANCÁRIO

Informativo do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo
Rua Wilson Freitas, 93, Centro,
Vitória/ES - 29016-340
Tel: (27) 3331-9999
Colatina (3722-2647), Cachoeiro
(3522-7975) e Linhares (3264-1329)

Presidente: Carlos Pereira de Araújo
Diretor de Imprensa: Idelmar Casagrande
Editores: Sueli de Freitas - MTb 537/92 e
Ronaldo Cassundé - MTb 932/00
Estagiário: Danilo Bicalho
Editoração: Jorge Luiz - MTb 041/96
Impressão: Gráfica Ita
E.mail: secretariageral@bancarios-es.org.br
Tiragem: 9.000 exemplares
Distribuição gratuita



www.bancarios-es.org.br

BANESTES I

O Sindicato solicitou reunião com o Banestes para cobrar o cumprimento da Convenção Coletiva.

BANESTES II

A gratificação semestral de 25% foi paga retroativa a setembro de 2006, não à data de admissão de cada bancário.

BANESTES III

O Banestes também abateu dos valores uma verba de complementação salarial que já era recebida pelos funcionários.

Justiça

Banestes: Sindicato reitera pedido de reintegração

Sérgio Cardoso

Em audiência na Justiça ocorrida no dia 21 de janeiro, o Sindicato reiterou o pedido de reintegração de sete bancários que foram demitidos pela direção do Banestes em retaliação ao movimento reivindicatório de outubro de 2007. A juíza Fátima Gomes Ferreira, da 5ª Vara do Trabalho de Vitória, informou que a resposta à solicitação será dada junto com a sentença.

O advogado do Banestes, Stephan Eduard Schneebeili, tentou descaracterizar a prática anti-sindical do banco, alegando que o processo de negociação havia se encerrado com o reconhecimento, por parte do banco, da Convenção Coletiva Nacional, e que o Banestes “não mais negocia com o Sindicato”. A advogada da entidade, Alba Valéria Alves Fraga, lembrou que há cerca de vinte anos o banco firma com o Sindicato Acordo Coletivo específico – só deixando de fazê-lo em 2006 –, e que as negociações são anuais. Além disso, ressaltou a advogada, a prática anti-sindical não se limita somente à época de negociação coletiva, podendo ocorrer a qualquer tempo.

Diante dos argumentos do Sindicato, a juíza decidiu ouvir o depoimento do diretor do Sindicato, Flávio Teixeira, que falou como informante no processo. Ele relatou à juíza que o diretor de Tecnologia do Banestes afirmou a uma bancária demitida que sua dispensa não tinha qualquer relação com a avaliação do seu trabalho. O diretor foi claro quando disse que “em momento de litígio, cabeças rolam”, o que indica a prática anti-sindical do banco.



ALBA FRAGA (E), ADVOGADA DO SINDICATO, EXPLICA OS PRECEDIMENTOS JURÍDICOS

Sindicato impugna argumentos da defesa

A advogada do Sindicato Alba Valéria Alves Fraga impugnou os argumentos apresentados pela defesa do Banestes, ressaltando que é fato notório a manifestação, ocorrida no final de outubro, na qual os manifestantes – entre eles alguns dos demitidos – buscavam, entre outras reivindicações, o cumprimento do aditivo da Convenção Coletiva no que tange à gratificação de 25% para os novos funcionários. Também destacou a existência de documentos que comprovam que um dos demitidos iria assumir, a partir daquela data, o setor de sinistro do Banestes, mas ao invés de promovido foi demitido devido ao movimento.

Alba Valéria manifestou-se ainda quanto ao documento apresentado pela defesa na tentativa de mostrar que outras demissões ocorreram durante

todo o ano. A advogada frisou que inúmeros dos casos listados eram de pessoas que pediram demissão ou aderiram aos programas de demissão voluntária, sendo pulverizados em todo o Estado. No entanto, as demissões em retaliação ao movimento dos bancários atingiram, sobretudo, o Centro de Processamento de Dados, onde a mobilização era mais intensa, tendo o Banestes, inclusive, demitido um bancário por andar do CPD, como “punição exemplar” aos manifestantes daquele local de trabalho.

O Sindicato também juntou aos autos do processo os editais de convocação de novos candidatos aprovados publicados nos jornais após as ilegais demissões, demonstrando que há carência de pessoal, o que contraria a tese do banco de que as demissões foram por ajuste de quadros.



O que é assédio moral?

Fenômeno tão antigo quanto o trabalho, o assédio moral é a exposição dos trabalhadores e das trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho e no exercício das funções profissionais. É mais comum em relações hierárquicas autoritárias.

Não se cale!
Denuncie ao Sindicato

3331-9980



SAÚDE CAIXA I

O Sindicato protestou contra o aumento nos valores do Saúde Caixa determinados pela CEF de forma unilateral.

SAÚDE CAIXA II

A mensalidade do dependente indireto foi para R\$ 100 e o teto anual de participação subiu para R\$ 2.400,00.

PCS da Caixa não atende expectativas

A proposta preliminar para a nova tabela de Plano de Cargos e Salários apresentada pela CEF em dezembro não atende às expectativas dos bancários nem está de acordo com os parâmetros negociados com o banco na Campanha Salarial 2007. Um dos principais problemas da proposta é que a Caixa quer restringir a migração para a nova tabela do PCS somente aos empregados que optarem pelo saldamento e pelo Novo Plano da Funcef.

Outro problema é a proposta da Caixa de incorporar os R\$ 30 referentes ao dissídio de 2004, pagos a quem ganhava até R\$ 1.500, de forma nominal, no salário de

cada empregado, **antes** da migração para a nova tabela. Essa proposta está em desacordo com o negociado na Campanha, pois o que se discutiu foi a incorporação dos R\$ 30,00 na primeira referência do novo plano de cargos e salários, com aplicação do mesmo índice de aumento nas demais referências. No caso de um salário de R\$ 1 mil na primeira referência, por exemplo, a incorporação dos R\$ 30,00 seria equivalente a um aumento de 3%, índice que seria aplicado também nas demais referências. Agora o banco anunciou que pretende incorporar linearmente os R\$ 30,00 aos salários antes da construção do novo PCS, o que vai significar perda a partir da segunda referência.

CEF dá mais um golpe nos bancários e cobra compensação de dias parados

A CEF está cobrando dos empregados a compensação das horas não-trabalhadas no período de 24 a 27 de setembro de 2007, quando foram realizadas em alguns locais do país paralisações ou retardamento de abertura das agências, como parte da mobilização da Campanha Salarial. De acordo com a Circular Interna SUAPE/GERET 010/08, só serão abonados os dias de greve – período de 28 de setembro a 9 de outubro. O banco também anunciou o desconto, na folha de fevereiro, do dia 10 de outubro nos Estados que mantiveram a greve.

No Espírito Santo o retardamento da abertura da agência Beira-Mar, no dia 13 de setembro, e da agência da Reta da Penha, em 20 de setembro, já foram compensados pelo sistema. No caso do dia 28 de setembro, quando a paralisação foi

realizada na agência Vila Velha, as horas devem ser abonadas.

Segundo o diretor da Contraf-CUT e presidente da Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa), Plínio Pavão, ao contrário do que diz a circular da Caixa, a compensação não foi objeto de acordo entre as partes. A CEE-Caixa tentou incluir as paralisações na negociação dos dias que seriam abonados, mas o banco se recusou, permanecendo o impasse.

“Quando a proposta da Caixa foi votada nas assembléias que puseram fim à greve, a informação é que seriam abonados os dias parados. O Acordo Coletivo é omissivo em relação aos dias de paralisação que antecederam à greve. Agora a CEF dá esse golpe nos empregados”, criticou a diretora do Sindicato, Bernadeth Martins.

BOLSA DE ESTUDOS I

O período de inscrição dos bancários do ABN-Real interessados nas bolsas de estudos vai de 3 a 14 de março.

BOLSA DE ESTUDOS II

Na CEF, as inscrições podem ser feitas até o dia 8 de fevereiro. No Itaú, a solicitação deve ser feita até 29 de fevereiro.

BOLSA DE ESTUDOS III

O prazo de inscrição para bolsas no Unibanco vai até o próximo dia 24 e no Santander até 25 de janeiro.

BB: Sindicato pede à DRT fiscalização em obras

O Sindicato solicitou à Delegacia Regional do Trabalho que seja feita fiscalização nas reformas executadas nas agências do Banco do Brasil no Estado. A entidade também pediu a instalação de uma mesa-redonda para discutir com o banco a normatização das próximas obras. O ofício foi encaminhado para o Setor de Fiscalização e para o Serviço Médico da DRT e a mesa-redonda está agendada para o dia 24 de janeiro. O objetivo é tentar minimizar os transtornos causados pelas obras. De acordo com o Banco do Brasil, dez agências passarão por reformas neste ano no Espírito Santo.

Em visita às agências Serra e Glória, atualmente em reforma, o Sindicato identificou várias irregularidades que foram denunciadas à DRT. Entre elas estão insegurança e insalubridade no ambiente de trabalho, com instalação de tapumes muito baixos na área de auto-atendimento, poeira em suspensão desencadeando processos alérgicos e lama sobre o carpete improvisado na área onde foram colocadas as mesas de trabalho. As



AGÊNCIA GLÓRIA: LUMINÁRIAS SÃO RISCO PARA BANCÁRIOS E CLIENTES

reformas não estão sendo feitas por etapas, o que prejudica ainda mais os trabalhadores. “Toda a estrutura - teto, piso e paredes - da agência Serra foi demolida e os empregados

trabalham neste ambiente caótico, sujeitos a mais estresse do que cotidianamente”, denunciou a entidade no ofício à DRT.

Na avaliação do Sindicato, o BB não prioriza a saúde dos seus trabalhadores. Em reunião com o banco, a entidade sugeriu a transferência da agência Glória para um imóvel localizado ao lado da unidade, mas o banco alegou que haveria custos de transferência dos sistemas operacionais, o que tornaria a obra mais cara. “Essa justificativa prioriza somente o custo e não a saúde e o bem-estar dos trabalhadores”.

Antes de recorrer à DRT, o Sindicato esteve por duas vezes reunido com representantes dos setores de Pessoal, de Segurança, de Medicina do Trabalho, de Engenharia e com a Superintendência do BB no Espírito Santo. Algumas providências foram adotadas pelo banco. “Com a ajuda da DRT queremos resolver os demais problemas e negociar normas para serem adotadas nas próximas reformas”, disse a diretora de Saúde e Condições de Trabalho, Bernadeth Martins.

Educação: governistas dão golpe no Congresso da CNTE

O autoritarismo e a falta de democracia por parte dos setores sindicais submissos ao Governo Lula marcaram o 30º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), realizado em janeiro, no Distrito Federal. A CNTE é dirigida pela Corrente Articulação Sindical, que descumpriu o critério da proporcionalidade vigente na entidade e aplicou um golpe para excluir a oposição da diretoria.

Três chapas participaram da eleição

realizada no Congresso. A Chapa 10 (governista) obteve 1.456 votos (78,95%), ficando em primeiro lugar. Em segundo ficou a Chapa 20 (Oposição), com 348 votos (18,87%), sendo seguida pela Chapa 30 (O Trabalho), com 40 votos (2,16%). A Chapa do Governo usou sua maioria na Comissão Eleitoral e na direção da entidade para transformar seus 78,95% em 80,71% dos votos, eliminando a votação da Chapa 30 como se ela não tivesse participado do processo eleitoral. Dessa forma, apropriou-se indevidamente de

todos os cargos, desrespeitando as regras do processo e a vontade legítima dos delegados ao Congresso.

A Chapa 20 impetrou um recurso junto à CNTE. “Não podemos compactuar com a completa degeneração da ética sindical. O que aconteceu foi uma total falta de respeito com o pluralismo e a diversidade de idéias”, destacou Rita Lima, dirigente do Sindicato dos Bancários/ES e representante da Chapa 20 na Comissão Eleitoral.



Sérgio Cardoso

O pacote do Governo Lula, que determina corte nos gastos públicos e aumento de IOF ((Imposto sobre Operações Financeiras), entre outras medidas, recebeu críticas do deputado federal Ivan Valente (PSOL/SP). Na sua avaliação, o governo não atacou o principal: o superávit primário para pagamento da dívida externa.

Diálogo

Ivan Valente

Reforma: é preciso taxar a propriedade e a renda

Qual a avaliação desse pacote?

Ao invés do governo atacar o superávit primário, reduzir o pagamento de juros da dívida externa, vai tentar, com o corte de gastos públicos, arrocho do funcionalismo e outros impostos, cobrir o que eles chamam de buraco da CPMF. Eu entendo que esse pacote é insuficiente para suprir as necessidades do povo brasileiro – já era com a CPMF, lembrando que R\$ 180 bilhões são pagos de juros da dívida pública. Só o superávit previsto para este ano é de R\$ 104 bilhões. Nisso ninguém mexe. No que diz respeito ao IOF, o aumento atinge as empresas, mas também pessoas que usam cheque especial, que têm crédito consignado, aposentados, pessoas que estão pagando coisas a prazo, ou seja, vai incidir sobre a população em geral. Quanto à CSLL, essa taxa incide sobre a lucratividade dos bancos, e nesse sentido a medida é positiva. Mas eu queria fazer um lembrete importante: a CSLL hoje é de 9% sobre o lucro líquido e vai passar para 15%. Só que em 1997 a contribuição era de 30% e foi reduzida. Então os bancos podem, a partir da sua força na sociedade, repassar isso para as tarifas e para os empréstimos. Sem dúvida o grande prejudicado vai ser o povo. Os empresários sempre têm outras formas de passar adiante os aumentos de impostos.

Qual é a reforma tributária necessária?

O governo não tem coragem de fazer uma reforma tributária verdadeira, ou seja, em que predominem os tributos pro-

gressivos. A maioria dos impostos hoje é regressiva, ou seja, os impostos incidem igualmente para todas as pessoas. A dúzia de ovos custa para o Antônio Ermínio de Moraes (empresário) o mesmo que paga qualquer cidadão que ganha salário mínimo. Então teríamos que taxar fundamentalmente a propriedade e a renda.

Como o Congresso deverá agir para impedir o corte de gastos em áreas fundamentais, como a saúde?

O orçamento ainda não está fechado. A peça orçamentária que estava prevista e outras ações que contavam com os recursos da CPMF terão que ser reavaliadas, inclusive os R\$ 24 bilhões para a saúde, através da regulamentação da emenda constitucional 29, que vincula verbas para a saúde. Fatalmente, teremos que fazer remanejamentos, seja nas emendas parlamentares, seja em outras partes do bolo orçamentário. Isso será feito a partir de fevereiro pelo Congresso Nacional. O Congresso pode preservar os recursos para áreas prioritárias como saúde e educação, basta saber se há vontade política para isso. O aumento de 9% para 15% da CSLL dos bancos foi instaurado por medida provisória e também vai ter que passar pelo Congresso. Resta saber se o Congresso, que tem uma maioria conservadora, pró-capital, tem vontade política para aprovar o aumento da taxa dos bancos sem que haja mobilização popular. Por isso que eu acho que o grande mote desse primeiro semestre é a mobilização dos servidores públicos que serão forte-

mente atingidos pelas medidas.

Mas essa não é uma luta mais ampla?

Do ponto de vista imediato, os servidores serão atingidos. Mas sob o ponto de vista do debate tributário, nós entendemos que é preciso que essa discussão seja popularizada, socializada. A população participa pouco do debate tributário e ela é vítima das decisões que são tomadas.

E como será a atuação dos partidos de esquerda nesse contexto?

Nós vamos denunciar qualquer reforma tributária que não taxe os ricos, que não taxe a propriedade privada e a renda, que camufle mais uma vez quem são os beneficiários do modelo. Em segundo lugar, nós entendemos que há uma carga tributária no Brasil que não é pequena, é grande. Então trata-se de saber para onde vão os recursos. Em terceiro lugar, nós sabemos que às vezes é preciso criar imposto, mas desde que os impostos sirvam à grande maioria, ou seja, sirvam à distribuição de rendas, à melhoria do atendimento público, construção da cidadania. Esperamos que a discussão da reforma tributária no Congresso seja de fato politizada, não uma discussão em que os ricos nunca perdem, na qual se discuta sempre a socialização das perdas entre os mais pobres. Esperamos, em contato com os movimentos sociais, criar uma massa crítica nessa direção. Se não tiver pressão de baixo para cima, haverá sempre um acerto de elite na discussão da questão tributária.

PELADÃO DOS BANCÁRIOS I

O Peladão dos Bancários não será realizado no sábado de Carnaval, dia 2 de fevereiro.

PELADÃO DOS BANCÁRIOS II

O torneio, aberto aos sindicalizados, volta a agitar o Centro Sindical no sábado seguinte, dia 9, das 9 às 12 horas.

“De nada valem as idéias sem homens que possam pô-las em prática”

Karl Marx

Desmembramento

Cultura e esportes em pastas separadas

O ano de 2008 começa com o desmembramento da Secretaria de Cultura e Esportes do Sindicato. Conforme aprovado em assembléia no final do ano passado, agora serão duas pastas: uma para tratar das ações na área de cultura, sob o comando da diretora Lucimar Barbosa, e outra para cuidar das atividades esportivas, que tem à frente o diretor Cláudio Merçon (Cacau). “Ao desmembrar a Secretaria, queremos ampliar o trabalho nas áreas de cultura e esportes”, afirmou o presidente do Sindicato, Carlos Pereira de Araújo (Carlão).

Para a diretora de Cultura, Lucimar Barbosa, a partir do desmembramento “as ações serão mais eficazes, uma vez que teremos um trabalho mais focalizado”. Lucimar informou, ainda que o plano de ação da secretaria será elaborado em fevereiro. “Nesse planejamento

vamos definir as atividades que serão desenvolvidas ao longo de 2008”, disse.

A feminização das atividades desenvolvidas no Centro Sindical será a prioridade da recém-criada Secretaria de Esportes. Quem garante é o diretor Cláudio Merçon: “Nossa prioridade em 2008 será desenvolver atividades voltadas para as mulheres. Também realizaremos o torneio de futebol dos bancários. A atividade esportiva pode ser o ponto de equilíbrio para o bancário, tendo em vista o alto nível de estresse da profissão”, afirmou.

A reformulação estatutária incluiu também algumas adequações ao Novo Código Civil brasileiro. O novo estatuto está em processo de registro em Cartório.



Fotos: Sérgio Cardoso e Fábio Vicentini



COM O DESMEMBRAMENTO DA SECRETARIA, O SINDICATO INVESTE NAS ATIVIDADES DE CULTURA E ESPORTES

Perfil

Célia Mara Rangel Nunes



Sérgio Cardoso

Célia Mara Rangel Nunes, 42, é bancária da CEF há 19 anos e formada em Letras pela Ufes. Em 2007 Célia publicou seu primeiro livro infantil, “Tony: o salva-peixes do fundo do mar”.

Essa foi a primeira história que você escreveu?

Não. Apesar de ser minha primeira publicação, essa não é a primeira história. Escrevi outras três que ainda pretendo publicar. Espero que esse seja o primeiro de uma série.

Do que trata o livro?

Conta a história de um caranguejo (Tony) que salva peixes da pesca predatória cortando redes de pescadores no fundo do mar. As personagens têm muito a ver com a cultura de Vitória, além de abordar temas como ecologia, solidariedade e companheirismo. Inclusive, a temática do livro ajudou muito a conseguir o incentivo da Lei Rubem Braga.

Qual a sua reação ao ver seu trabalho publicado?

Senti como se fosse um filho que estava nascendo. Agora pretendo levar o livro até as escolas para apresentá-lo aos professores e aos alunos.

Partidos têm baixa participação popular

Sérgio Cardoso

“O descontentamento passivo em nada contribui para o fortalecimento da cidadania”

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, no ano passado 815,5 mil eleitores filiaram-se a um dos 27 partidos políticos existentes no Brasil. Em novembro de 2007 o número de filiados chegou a 12.398.639 em um total de 127.218.165 eleitores. Os números revelam descontentamento com a política e baixa participação popular nos partidos.

Na avaliação do historiador Ueber de Oliveria, co-autor do livro “Ditaduras não são Eternas: Memórias de Resistência ao Golpe de 64 no Espírito Santo”, os partidos brasileiros têm tido muitas dificuldades para fixar sua marca junto ao eleitorado. Um indicador seria o fato da volatilidade eleitoral do Brasil estar entre as mais altas do



UEBER: ELEITORADO SEM IDENTIDADE PARTIDÁRIA

mundo. “Entre 1982 e 1998, em média 30% do eleitorado brasileiro mudou seu voto de um partido para outro em eleições consecutivas”, destaca.

A falta de identidade partidária do eleitorado está associada ao fato de os partidos, na sua grande maioria atrelados às elites dominantes, não atuarem para fortalecer a cidadania com base no estímulo à participação popular. “Nossos partidos têm sido muito mais máquinas eleitoreiras do que elementos de mediação e síntese entre a sociedade e o Estado, entre a coletividade e os poderes públicos”, afirma Oliveira. Mas ele é enfático ao afirmar que “o descontentamento passivo em nada contribui para o fortalecimento da cidadania”, sendo necessário que cada cidadão influencie nas decisões públicas através do engajamento na sociedade civil organizada. “Quando o sujeito se filia em uma organização política, seja partido, sindicato, agrupamentos ligados à Igreja, movimento estudantil ou outras, ele está buscando participar mais diretamente em assuntos de seu interesse”, observa.

Fórum Social Mundial 2008: atividades simultâneas em mais de 60 países

Descentralização, essa é a principal novidade do Fórum Social Mundial 2008 que está em curso em mais de 60 países neste final de mês. A fim de se aproximar dos problemas locais e de evitar a busca por financiamento junto a empresas multinacionais, a organização do FSM está realizando, experimentalmente, atividades em diversas cidades ao redor do mundo.

Os ativistas espalhados pelos cinco continentes têm em comum a

luta contra a globalização e o imperialismo e a certeza de que “um outro mundo é possível”. E são justamente essas lutas o mote da única atividade com temática unificada prevista para acontecer em todas as cidades que organizam o FSM 2008: o “Dia de Mobilização e Ação Global”, no dia 26 de janeiro. A data foi escolhida como forma de manter o confronto com o Fórum Econômico Mundial, que acontece sempre em janeiro em Davos (Suíça).

A principal ferramenta utilizada para a organização e divulgação das atividades, assim como para estimular os debates sobre os temas propostos, é a Internet. Um site (www.wsf2008.net) criado especialmente para essa edição do FSM, disponibiliza todas as atividades cadastradas.

As atividades de 2008 também têm como objetivo a preparação e mobilização para o FSM 2009, que acontece em Belém-PA, no mês de janeiro.